

ENTREVISTA COM LUCIA NEVES

No Ponto de Vista desta edição, temos a satisfação de apresentar entrevista concedida pela **Profa. Dra. Lúcia Neves** à Motrivivência, intermediada pelo prof. Marcelo Melo, editor associado de mais esse número da revista.

Lucia Maria Wanderley Neves é professora (aposentada) da UFPE. Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na UFF-RJ de 1994-2005. Atualmente, é pesquisadora visitante na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. Atuando como professora em Programas de Pós-Graduação em Educação, já orientou diversas teses e dissertações com interfaces nas áreas de Política Educacional, Trabalho e Educação. Coordena o Grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos de Política Educacional, atualmente sediado na EPSJV-FIO-CRUZ. Com esse grupo, publicou os seguintes livros como coletâneas ou resultados de pesquisas:

NEVES, L. M. W. (Org.). *Direita para o Social e Esquerda para o Capital. Intelectuais da nova pedagogia de hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010. 223 p.

NEVES, L. M. W. (Org.); Algebile, M.E. (Org.); LIMA, K. R. S. (Org.); MARTINS, A. S. (Org.); MELO, A. A. S. DE (Org.); MELO, M. P. (Org.); SANTANNA, R. S. (Org.). *La Nueva Pedagogía de la Hegemonía*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2009.

NEVES, L. M. W. (Org.); SIQUEIRA, A. C. (Org.). *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006. 177 p.

NEVES, L. M. W. (Org.); MELO, A. A. S. DE (Org.); BRAGA, I. F. (Org.); TOMAZ, A. S. (Org.); LIMA, K. R. S. (Org.); MELO, M. P. (Org.); SILVA, M. E. B. A. (Org.); SANTANNA, R. S. (Org.); MARTINS, A. S. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia - estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo:

Xamã Editora e Gráfica Ltda., 2005. 311 p.

NEVES, L. M. W. (Org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004. 160 p.

NEVES, L. M. W. (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002. 268 p.

Motrivivência: Quais as dimensões ontológicas e epistemológicas que norteiam as relações entre trabalho, educação e formação humana? E a expressão efetiva disso na atualidade do capitalismo mundial?

Lúcia: *A formação humana engloba as diferentes formas de preparação das novas gerações ao padrão de sociabilidade de uma época e também a adequação das demais gerações aos requisitos desse mesmo padrão. A educação escolar e a educação política desempenham um importante papel nesse processo. Nas sociedades de classes, a conformação ético-política de todas as gerações aos padrões culturais dominantes se faz, predominantemente, pela reeducação dos modos de pensar, sentir e agir. As classes dominantes difundem, por meio de seus intelectuais singulares e coletivos, as referências que norteiam a formação humana. Cabe ressaltar que, mesmo com esse movimento,*

é possível que na dinâmica das relações entre as classes sociais eclodam orientações sobre o modo de pensar, sentir e agir que se contraponham à cultura hegemônica. A história do capitalismo é também a história das tentativas das classes dominadas de construção de uma reforma moral e intelectual dos padrões culturais vigentes no mundo. Tais tentativas ocorrem de modo específico em cada formação social concreta.

Embora a educação escolar incorpore as mesmas determinações da educação ético-política, a partir da revolução industrial do século XIX, pelo emprego crescente da ciência na produção da existência, a educação escolar adquiriu também uma significativa determinação econômica. Ela passa a ter um papel fundamental da formação técnica da força de trabalho. Em consequência, os currículos escolares sofreram no capitalismo monopolista importantes redefinições quantitativas e qualitativas para atender aos crescentes requisitos da racionalização das relações do homem com a natureza e da relação dos homens com os outros homens.

Nesta nova etapa do capitalismo monopolista – o novo imperialismo – vem ocorrendo mudanças qualitativas na organização da produção, nas relações de trabalho, nas relações de poder e nas relações

sociais gerais, que tem demandado, concomitantemente, mudanças substanciais na formação humana, de modo a contribuir para a reprodução, em um patamar superior, das relações sociais capitalistas. São pilares básicos da formação para a mercantilização da vida: o empreendedorismo, na produção material da existência, e o colaboracionismo, na convivência entre os homens. Tais valores estimulam, na atualidade, em diferentes dimensões, a conciliação de interesses antagônicos, numa sociedade baseada em relações de exploração de dominação de classes. O empreendedorismo é a expressão, na produção material da existência, do individualismo como valor moral radical. Nesta ideologia, a realização humana é reduzida às possibilidades de sucesso material decorrente do esforço pessoal. O colaboracionismo, por sua vez, é a ideologia que materializa uma visão harmonicista de sociedade no século XXI que, pelo estímulo à participação de todos, dá legitimidade, à dominação burguesa neste novo estágio do desenvolvimento capitalista.

Motrivivência: Quando está em jogo a categoria trabalho, pode-se dizer que formação humana e formação profissional são a mesma coisa? Em suma, seria a formação

“humana” uma compreensão da ontologia marxista e a “formação profissional” ligada à lógica do mercado?

Lúcia: *Prefiro não fazer a distinção entre formação humana e formação profissional. Na produção contemporânea da existência a formação humana terá necessariamente uma dimensão profissional. A organização científica do trabalho/vida, intensificada a partir do século XX, vem exigindo necessariamente da formação humana contemporânea uma dimensão de formação mais imediata para o trabalho, ou seja, ao desenvolvimento de habilidades técnico-científicas para a realização de tarefas simples e complexas no mundo do trabalho. Para mim, a distinção fundamental no entendimento da relação entre educação e produção da existência está na maneira como as classes sociais fundamentais no capitalismo, entendem o trabalho e apreendem a natureza da formação humana e da formação profissional.*

Para as classes dominantes, trabalho é trabalho alienado. Ou seja, uma atividade humana voltada predominantemente à criação de valor, à produção de mercadorias. E, nesta perspectiva, tanto a formação geral como e a formação profissional, desenvolvidas pela escola e na sociedade, estruturam-se

para desenvolver intelectual e moralmente a força de trabalho com vistas à reprodução ampliada das relações sociais capitalistas, quer na sua dimensão técnica, quer na sua dimensão ético-política. A formação humana, nessa perspectiva, consiste numa conformação inicial da força de trabalho à mercantilização da vida e a formação profissional configura-se na sua atualização permanente, diante da incessante e necessária introdução de inovações tecnológicas para reprodução ampliada do capital.

Na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora das relações de exploração e de dominação capitalista, por sua vez, o trabalho é concebido como atividade criadora e, assim, atividade transformadora das relações sociais vigentes. Nessa perspectiva, a formação humana e profissional teriam como finalidade a conformação técnica e ético-política do homem contemporâneo ao seu tempo para que, realizando a síntese entre teoria e prática, possa tomar consciência das relações sociais em que vive e possa coletivamente construir uma sociedade justa e igualitária. Nessa perspectiva, o domínio conhecimento científico e tecnológico, fundamento da cultura urbano-industrial no mundo contemporâneo, teria como finalidade primeira, fornecer elementos essenciais para desenvolver

no homem seu potencial criador, fazendo-o sujeito de sua história e, também, oferecer aos trabalhadores subsídios teóricos e empíricos para o embate político nas relações capital-trabalho.

Na ótica do capital, portanto, a formação humana configura-se, na atualidade, em instrumento da mercantilização da vida. Na ótica do trabalho, a formação humana, em todas as suas dimensões, configura-se como veículo de constituição de intelectuais orgânicos da contra-hegemonia capitalista.

Motrivivência: *Como analisa a relação capital e trabalho, considerando as diversas manifestações de resistência dos trabalhadores no Brasil (professores, bombeiros no Rio e outras categorias) e no mundo (Grécia, países árabes e outros países)?*

Lúcia: *Hoje, no Brasil e no mundo, é inquestionável, a sólida hegemonia do projeto político da burguesia mundial. As manifestações de resistência no país e no mundo neste início de século, vejo-as como expressões ainda desarticuladas da luta de classes. Não as considero como manifestações orgânicas de uma contra-hegemonia. Entretanto, sendo a história uma possibilidade, essas manifestações, ainda incipientes, podem vir a se adensar diante*

do acirramento das contradições econômicas e político-sociais da produção da vida, decorrentes da crise de 2008. A insegurança gerada pelo desemprego, o agravamento da superexploração do trabalho, o aumento da violência, a imprevisibilidade em relação às condições de vida, o rompimento de limites morais e éticos, o individualismo exacerbado, a própria redução da relação humana a relações mercantis podem se constituir a médio prazo em pressupostos objetivos fundamentais para que a classe trabalhadora, fazendo-se, construa um projeto societal contra-hegemônico para o século XXI. As condições objetivas existem, embora, os instrumentos de sedução utilizados pelas classes dominantes sejam tremendamente eficazes. Nesse processo de legitimação social, os dominados, mesmo sentindo os efeitos da exploração de classe no seu dia a dia, acreditam que sua condição de vida/trabalho é imutável ou mesmo que pode ser mudada exclusivamente pelo esforço pessoal e/ou pela “humanização” do capitalismo. Diante disso, pode-se inferir que as condições subjetivas estão ainda para serem organicamente construídas. Uma grande parcela da população mundial e brasileira ainda está convencida de que o modo capitalista de pensar, sentir e agir é o único modo pos-

sível de convivência humana na atualidade.

Motrivivência: Quais as saídas, resistência e “luz no fundo do túnel”, diante da emblemática cooptação das centrais sindicais e dos intelectuais pelo governo Lula e agora Dilma na relação capital e trabalho, que vem culminando com a destruição dos direitos dos trabalhadores e a precarização do mundo do trabalho?

Lúcia: O Coletivo de Estudos de Política educacional, grupo de pesquisa que completou, em 2010, dez anos de trabalho coletivo de produção de conhecimento, tem estudado nos últimos oito anos as novas formas de dominação de classe no Brasil no capitalismo neoliberal. Desses estudos resultaram dois livros: *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso e Direita pra o Social e Esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia*, ambos editados pela Xamã, em 2005 e 2010, respectivamente. Juntos, esses livros estudaram o fenômeno que denominamos de repolitização de política e o papel dos intelectuais individuais e coletivos na formulação e difusão da hegemonia capitalista no novo imperialismo. Para nós, a nova pedagogia da hegemonia corresponde

às estratégias da burguesia mundial e brasileira dirigidas à busca do consentimento da sociedade em seu conjunto para os postulados e ações de um capitalismo humanizado: o neoliberalismo de terceira via. A nova pedagogia da hegemonia procura afirmar o capitalismo como a única solução possível para a humanidade. Em um plano mais geral, tem reiteradamente afirmado a morte do socialismo como projeto político-ideológico; a inexistência de antagonismo entre as classes sociais e a obsolescência do materialismo histórico como método de análise da realidade social contemporânea. Em síntese, as estratégias da nova pedagogia da hegemonia procuram difundir mundialmente a possibilidade da coexistência do mercado com justiça social, conquistada a partir da concertação social.

Mundialmente, os intelectuais orgânicos singulares e coletivos da nova pedagogia da hegemonia formulam e difundem esses pressupostos e práticas, realizando uma profunda alteração no conteúdo e na forma das relações de dominação na atualidade, configurando, dessa forma, um movimento abrangente de repolitização da política.

A legitimação social ao novo projeto mundial de dominação de classe tem-se realizado por meio de diferentes estratégias de obtenção

do consenso: a divulgação pela mídia, em diferentes linguagens, do individualismo como valor moral radical; a refuncionalização dos organismos de síntese da classe trabalhadora (partidos e sindicatos), transformando os militantes políticos da contra-hegemonia em voluntários da construção da harmonia social; e, a criação de novos intelectuais coletivos (as chamadas organizações não-governamentais) que, fragmentariamente, reorientam as lutas sociais específicas (negros, gays, terceira idade, jovens, indígenas, mulheres) desvinculadas de um projeto contra-hegemônico, facilitando a acomodação dessas demandas nas relações sociais capitalistas. Esses novos intelectuais coletivos atuam também na implementação de políticas sociais focalizadas para parcelas miseráveis das massas trabalhadoras.

Essas estratégias de repolitização da política inerentes à nova pedagogia da hegemonia do capitalismo neoliberal da terceira via uniram em um só projeto político-ideológico uma direita para o social e uma esquerda para o capital, que viabilizam uma “pororoca do novo mundo”, alegoria utilizada pelo Coletivo para simbolizar o encontro em um chamado “centro radical” de uma direita interessada na redução da pobreza para a paz social e uma esquerda comprometida com o

desenvolvimento sustentável nos moldes capitalistas.

No Brasil, a nova pedagogia da hegemonia atravessou os governos Fernando Henrique Cardoso e os governos Lula da Silva. No período FHC de governo, foi implementada a reforma da aparelhagem estatal que estabeleceu os marcos jurídicos e políticos do novo papel do aparato governamental na repolitização da política. A reforma da aparelhagem estatal instituiu referências novas para a velha relação entre capital e trabalho no âmbito do Estado brasileiro, propiciando a fragilização da organização trabalhadora por meio da privatização, do desemprego e do estímulo aos contratos precários de trabalho. Além disso, a nova pedagogia da hegemonia procurou, conforme orientações do Banco Mundial, “tornar o Estado mais próximo do povo”, estimulando a expansão dos organismos denominados oficialmente como Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos – FASFIL. Nesse processo, a passagem do confronto à colaboração de classes foi fortalecida por meio do atendimento parcial de demandas efetivas do movimento social cuja liderança, pouco a pouco, foi se adaptando a essa nova forma de convivência. As bases dos movimentos sociais, por sua vez, seduzidas pelas novas mensagens de “participação”,

passou, ativa ou passivamente, a redefinir sua forma de inserção política. As atividades focalizadas de assistência social passaram cada vez mais a atrair indivíduos e grupos em ações de voluntariado e de parcerias.

As ações educadoras dos governos Lula da Silva, por sua vez, aprofundaram as mesmas diretrizes implementadas no período FHC de governo. Manteve-se a mesma técnica política: ampliação seletiva do núcleo estratégico de comando governamental com alargamento dos canais de participação popular, para reforçar papel da burguesia como classe dirigente. Nesse período, a burguesia ampliou sua ação direta na sociedade e sua intervenção nas políticas governamentais por meio da expansão de suas redes sociais formuladoras e difusoras da ideologia da responsabilidade social. Os movimentos sociais que até então contestavam os pilares centrais do capitalismo neoliberal, passaram a aderir total ou parcialmente às propostas de concertação social. As forças políticas que no passado haviam assumido posições importantes na luta anti-capitalista – entre eles, os partidos comunistas, setores do movimento estudantil, as organizações dos servidores públicos federais, entre outros – a partir de 2003 se alinharam às diretrizes gerais da dominação. A Central Única dos

Trabalhadores que já apresentava dificuldades de organizar com clareza a luta dos trabalhadores nos anos de 1990 assumiu no período de governo Lula o sindicalismo de conciliação, propagando idéias e implementando políticas reformistas contrárias à formação de uma consciência de classe dos trabalhadores. As organizações não-governamentais tradicionais, quer por necessidade de sobrevivência, quer por vinculação espontânea ao modo burguês de fazer política, submeteram-se mais intensivamente às estratégias reformistas de concertação social e ao empresariamento das ações sociais. As FASFIL que eram em número de 275.895, em 2002, atingiram em 2005, o total de 338 mil organizações.

A sólida hegemonia capitalista no mundo e no Brasil de hoje, porém, não deve abalar a utopia socialista daqueles que não foram tragados pela “pororoca do novo mundo”. Costumo dizer jocosamente aos alunos e amigos que devemos ser tão persistentes quanto Hayek, grande formulador das teses neoliberais que, com os poucos partidários dessas idéias, resistiram bravamente por quarenta anos à força das teses keynesianas dos anos de ouro do capitalismo.

Só o desenvolvimento concreto da luta de classes poderá ditar os parâmetros e o alcance da luta

contra-hegemônica na contemporaneidade. Entretanto, algumas estratégias de uma pedagogia da contra-hegemonia parecem ser essências para a preservação e ampliação da utopia socialista no momento presente. A título de contribuição para o debate, considero importante, dentre elas: procurar, por meio de estudos e pesquisas, compreender a natureza das profundas mudanças ocorridas no nosso país e no mundo e efetuar o mais amplamente possível a difusão, em diferentes linguagens, dessas idéias; manter viva na memória das novas gerações as lutas políticas travadas pelas classes trabalhadoras no mundo e no país, em especial, no “breve século XX”; introduzir na prática docente e militante o pensar dialeticamente; substituir a prática doutrinária pela prática argumentativa na ação política; estabelecer na ação educadora em geral uma relação mais horizontal entre liderança e base, entre educador e educando, na tentativa de romper com o autoritarismo histórico da nossa cultura política; tirar dos erros cometidos no passado e no presente os ensinamentos para ações futuras, bem como, organizar espaços de discussão sobre as bases e propostas de um projeto socialista para o século XXI, que possa servir de guia para uma agenda política contra-hegemônica nos dias atuais.

Motrivivência: Poderia abordar um pouco sobre as chamadas políticas públicas ditas de emprego ou políticas públicas para o trabalho últimos governos? Gostaríamos que você pudesse fazer uma breve análise a respeito dessas políticas, enfatizando o que se passou nos governos de Itamar, Collor, Sarney, FHC e Lula.

Lúcia: *De um modo geral, as políticas governamentais neoliberais para o trabalho – de Collor a Lula – se destinaram a adaptar as classes trabalhadoras aos requisitos da precarização e flexibilização do trabalho, motivadas concomitantemente pelas profundas mudanças no conteúdo do trabalho em face da introdução das TICs na produção material e simbólica da vida e pela superexploração do trabalho necessária à reprodução ampliada do capital nesta fase mais recente do capitalismo. Para isso, o Estado brasileiro, na ótica do capital, redefiniu toda a sua estratégia de formação técnico-profissional, ou seja, de treinamento da força de trabalho, de modo a reinserir, pragmaticamente, parcela significativa da força de trabalho expulsa do mercado e concomitantemente dotar o mercado, em curto prazo, de um exército de reserva atualizado, para efetivar o rebaixamento do valor da força de trabalho. As políticas governamentais neoliberais – de Collor a*

Lula – se voltaram simultaneamente para a retirada dos direitos conquistados pelos trabalhadores no decorrer dos embates sociais do capitalismo desenvolvimentista. As reformas da previdência social são exemplares neste sentido. Embora, aparentemente, essas propostas dos diferentes governos possam ser vistas como de natureza diferente, cada uma dessas políticas implementadas, representa, de fato, um estágio específico, no processo de difusão do capitalismo neoliberal entre nós.

Motrivivência: Como avalia a relevância do tema desta revista para os intelectuais que atuam Educação Física, Esportes e Lazer, quer seja nas universidades, quer seja nas escolas, academias, clubes, empresas, etc.?

Lúcia: *Coerentemente com o que falei até então, vejo esta revista e sua abordagem teórica com um importante instrumento na construção de uma contra-hegemonia político-cultural. Ela é uma oportunidade oferecida aos profissionais da área da educação física, esportes e lazer de reflexão sobre o sentido do seu trabalho. É, particularmente, um material oferecido ao docente dessa área, para (re)pensar os fundamentos teóricos e ético-políticos de sua prática pedagógica.*

Motrivivência: Como você vê a interface das questões do mundo trabalho e Educação Física a partir dos desdobramentos da nova pedagogia da hegemonia burguesa? E a atuação da chamada Direita para o social e da esquerda para o capital?

Lúcia: *Não resta dúvida de que o empresariamento da área é um móvel determinante na definição das políticas e das práticas da área. Um outro móvel determinante na definição da política e das práticas adotadas na atualidade não tem sido ainda explorado no debate sobre o papel da educação física, do esporte e do lazer no mundo contemporâneo. Trata-se do importante papel que a área vem desempenhando na socialização da nova pedagogia da hegemonia. Ela parece contribuir, por exemplo, para difundir o individualismo como valor moral radical, ao atribuir as conquistas no esporte exclusivamente ao esforço pessoal; parece que vem contribuindo também para difundir o ideário da conciliação de classes, quando reforça a idéia de nação e de paz social. O culto ao corpo sarado, à boa forma, parece que contribui também para reforçar o desprezo pela razão por parte do ideário oficial. Sei que essas observações são superficiais. Elas funcionaram aqui como uma provocação para o debate. Deixo*

a reflexão mais profunda para os profissionais da área.

Motrivivência: Além dos clássicos sobre a ontologia marxista do trabalho, que outros autores poderia indicar com breves comentários para os nossos leitores?

Lúcia: *Há muitas reflexões importantes sobre o tema publicadas no país. Como educadora, aponto algumas contribuições que avalio como interessantes para a análise da relação entre trabalho e educação. Gosto muito das reflexões de Mário Manacorda no livro O princípio educativo em Gramsci. Há um capítulo muito bom de Gaudêncio Frigotto no livro Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo, publicado pela editora Fiocruz, em 2008; José dos Santos Souza, no seu livro Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil, publicado pela editora Autores Associados, também oferece ao debate algumas observações interessantes sobre a relação entre trabalho e educação. Em 2008, escrevi com a também pesquisadora da FIOCRUZ, Marcela Pronko, um livro denominado O mercado do Conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação pra o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Na sua introdução, oferecemos elementos para uma*

abordagem teórico-metodológica da relação trabalho e formação para o trabalho.

Motrivivência: Nós que fazemos a Motrivivência agradecemos pelas suas contribuições e reflexões. Esta entrevista nos dá fôlego para engrossar a massa de intelectuais críticos que lêem essa revista, além dos movimentos na luta contra a nova pedagogia da hegemonia, inculcada pelos capitalistas de plantão do

Estado, pelos “cartolas” do esporte e pelo CONFEF-CREF. Encerramos nossa entrevista, reafirmando nosso reconhecimento às suas importantes contribuições no âmbito Educação e dos debates de Política educacional e Trabalho e Educação, no sentido de trazer para o debate as problemáticas do mundo do trabalho, que poderão nos ajudar a enxergar a luz no fim do túnel...

Muito Obrigado, professora Lúcia!